

Consulta Psicológica Vocacional em Contexto Escolar

Luís Imaginário * e Bártolo Paiva Campos**

Caracterizam-se, em primeiro lugar, expectativas sociais quanto à intervenção psicológica em contexto escolar que têm acompanhado a progressiva definição do papel do psicólogo na escola e tipificam-se os principais problemas que aí emergem. Em segundo lugar, evidenciam-se os fundamentos essenciais do modelo de consulta psicológica vocacional, perspectivado como intervenção educativa que visa a promoção do desenvolvimento humano, e as suas consequências ao nível da reconfiguração do modo mais habitual de ver a questão da orientação escolar e profissional. Depois, apresentam-se as várias dimensões do processo da consulta psicológica vocacional que estruturam a intervenção relativamente aos problemas identificados, às diversas estratégias possíveis e aos seus diferentes alvos. Logo a seguir, especifica-se a utilização dos princípios antes enunciados na consulta psicológica vocacional para a implementação de projectos junto dos jovens que frequentam o ensino técnico-profissional e constituem um dos alvos preferenciais da intervenção dos psicólogos nas escolas. Finalmente, ilustra-se a aplicação dos mesmos princípios estruturantes do processo da consulta psicológica, enquanto serviço directo aos jovens, à consultadoria, enquanto serviço indirecto, isto é, intervenção realizada junto de outros (adultos) significativos da comunidade escolar e extra-escolar.

Vai para cinco anos que licenciados em Psicologia prestam oficialmente serviço, como psicólogos-consultores de orientação escolar e profissional, em escolas secundárias de todo o País. Na Região do Norte e no ano lectivo 1986-87 eram quase quatro dezenas a trabalhar em cerca de sessenta escolas. Têm sido bem acolhidos e as próprias escolas incentivam a expansão dos seus serviços.

Expectativas sociais quanto à intervenção psicológica em contexto escolar

As expectativas iniciais da comunidade escolar (alunos, professores) e não escolar (pais) associadas à colocação dos psicólogos nas escolas foram provavelmente influenciadas pelo entendimento mais comum acerca do problema da orientação escolar e profissional e, em geral, do trabalho dos psicólogos nas escolas. Esperava-se, desde logo, que aconselhassem os alunos (principalmente os do 9º ano

de escolaridade) nas escolhas educativas mais adequadas tendo em vista o prosseguimento de estudos; depois, que contribuissem para o melhor aproveitamento escolar dos alunos (em especial os do ensino técnico-profissional, causa próxima legitimadora da sua colocação nas escolas); finalmente, que intervissem junto dos alunos com "dificuldades de integração".

Estas expectativas não foram iludidas — a taxonomia dos problemas nelas implícita revelou-se razoavelmente ajustada. Com efeito, a análise dos pedidos de intervenção tendo por alvo os alunos, pedidos apresentados aos psicólogos directamente pelos jovens ou pelos seus pais e professores, mostra que se referem a problemas (a) de orientação escolar e profissional, sobretudo respeitantes a escolhas próximas exigidas pela continuação da escolaridade, (b) de realização escolar, insucesso, dificuldades de aprendizagem, (in) competências de estudo, (c) de relacionamento interpessoal, no grupo de pares ou com adultos, pais, professores e outros significativos e (d) comportamentais, agressividades, marginalidades, turbulências com manifestações várias e sempre com incidências na "indisciplina escolar".

Em contrapartida, o desenvolvimento das próprias intervenções terá evidenciado modos menos esperados (porque menos comuns) de pôr e de tentar contribuir para resolver tais problemas. Vale a pena ilustrá-lo a propósito

* Assistente convidado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional.

** Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Director do Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional.

Este artigo inscreve-se no âmbito do Projecto C da Linha de Acção nº 1 do Centro de Psicologia da Universidade do Porto (I.N.I.C.) e serviu de base a uma comunicação apresentada no I Encontro Ibérico de Terapia Comportamental (Porto, 20 a 22 de Novembro de 1986).

do problema da orientação escolar e profissional: parece ser aquele onde não só continua a causar alguma estranheza a necessidade (a pertinência) da intervenção psicológica como também, quando esta ocorre, são ainda assaz persistentes práticas muito tradicionais. Aliás, haverá igualmente ocasião de mostrar que o problema da orientação escolar e profissional, posto e resolvido do modo que vai caracterizar-se, interfere e é interferido, suscita e é suscitado, pelos restantes problemas manifestados pelos alunos no contexto escolar e antes identificados.

A consulta psicológica vocacional como intervenção educativa

Põe-se o problema da orientação escolar e profissional (da orientação vocacional) como o da elaboração e implementação (realização) de projectos (escolares e profissionais, vocacionais, de vida) que se processa (desenvolve) ao longo de toda a existência e envolve todas as suas dimensões. Concebe-se a resolução deste problema, em termos de intervenção psicológica, como consulta psicológica para a promoção do desenvolvimento vocacional enquanto dimensão da totalidade do desenvolvimento humano (Campos, 1980).

Este modo de pôr e de resolver o problema da orientação pressupõe, por seu turno, uma concepção do desenvolvimento humano como processo histórico-social durante o qual os indivíduos (mas também os grupos, as organizações e instituições, a comunidade) adoptam atitudes, adquirem competências e exibem comportamentos através dos quais vão construindo a sua identidade e o sentido para a sua existência. Tal processo opera por diferenciação e integração progressivas de experiências em todos os domínios, caracteriza-se por complexidade crescente e tem como finalidade última potenciar a influência dos indivíduos na configuração do seu existir. Este resultado, todavia, sendo desejável, não é espontâneo, automático, natural; para se alcançar precisa de ser intencionalizado. Pressupõe-se, portanto, que o processo de desenvolvimento é educável e esta educabilidade confere significado à intervenção psicológica como contribuição para a promoção

do desenvolvimento humano (Nelson-Jones, 1984).

A promoção do desenvolvimento através da consulta psicológica como intervenção educativa justifica-se, então, não apenas quando se experimentam dificuldades, se vivem crises (aliás momentos ou períodos críticos de desenvolvimento), quando se é confrontado com problemas para os quais já não servem soluções antigas e ainda não se construíram soluções novas, mas também com o objectivo de propiciar, facilitar, influenciar, educar a emergência de comportamentos mais autónomos, responsáveis, flexíveis, para resolver as diferentes tarefas do desenvolvimento, para gerir melhor a sua vida, isto é, a elaboração e reelaboração continuadas de projectos e a sua implementação. À primeira situação correspondem intervenções mais pontuais; à segunda programas de intervenção mais sistemáticos, com uma duração mais ou menos longa. A finalidade "promoção do desenvolvimento", todavia, constitutiva da própria intervenção (educativa) como consulta psicológica, está actuante em ambas.

Pôr e resolver o problema da orientação no âmbito das concepções do desenvolvimento humano como processo histórico-social e da intervenção psicológica como consulta psicológica para a promoção do desenvolvimento significa perspectivá-lo em termos de temporalidade e de espacialidade alargadas em relação a concepções mais divulgadas quer quanto à explicação e compreensão do problema (mesmo psicológicas) quer quanto ao conteúdo e ao processo de intervenção (psicológica). A historicidade do desenvolvimento vocacional, por um lado, afirma que a elaboração e implementação de projectos constituem tarefas com que os indivíduos, nas expectativas dos outros como por acções próprias, se confrontam ao longo de toda a existência, embora ganhem especial relevância em alguns períodos da vida, aliás não inteiramente pré-determinados nem completamente previsíveis (temporalidade alargada). Por outro lado, afirma-se igualmente que o desenvolvimento de projectos escolares e profissionais influencia e é influenciado pelas restantes dimensões, áreas ou domínios do desenvolvimento psicológico, embora possua

a especificidade que justifica uma consideração particular, ao nível da explicação e compreensão como da intervenção (espacialidade alargada) (Super, 1980).

A reconfiguração do problema da orientação (posição e resolução) no contexto destas temporalidade e espacialidade alargadas sublinha a relevância dos projectos vocacionais no (para o) projecto, mais global, de existência e, portanto, da construção da identidade vocacional (profissional) na (para a) identidade pessoal. Daqui decorre igualmente o alargamento dos alvos da consulta psicológica vocacional, que, quer como ajuda mais pontual à resolução de dificuldades específicas quer como intervenção mais sistemática e prolongada, tanto pode responder a necessidades de jovens como de adultos. Todavia, a pressão das expectativas sociais, os constrangimentos resultantes da organização e funcionamento da escola, a ansiedade dos pais — mas também a importância para o desenvolvimento psicológico de que efectivamente se revestem as escolhas escolares e profissionais (e a sua implementação) na adolescência e a juventude —, tudo isto faz com que o alvo privilegiado para a consulta psicológica vocacional sejam os jovens.

O processo da consulta psicológica vocacional junto dos alunos

No processo da consulta psicológica vocacional são evidenciáveis cinco momentos principais: (a) definir a situação, o problema vocacional, e negociar o contrato de intervenção; (b) identificar e avaliar os recursos existentes no meio para resolver o problema, as alternativas disponíveis ou disponibilizáveis na estrutura de oportunidades escolares, educativas, profissionais; (c) identificar e avaliar o investimento afectivo, emocional (interesses, motivações, valores, desejos, aspirações) que se está disposto a fazer para resolver o problema; (d) inventariar e avaliar os recursos próprios (capacidades, aptidões, competências, aprendizagens) mobilizáveis para resolver o problema e (e) tomar decisões relativamente ao que há que fazer imediatamente no domínio vocacional e avaliar as suas consequências em termos de futuro mediato, quer no domínio vocacional quer

em domínios adjacentes.

Estes cinco momentos funcionam como princípios estruturantes do processo de consulta, servem para a intencionalizar, sendo certo que o movimento que anima a consulta é progressivo e se propõe, evidentemente, influenciar, provocar mudanças no comportamento vocacional dos indivíduos, tornando-os mais competentes para tomar decisões, mais responsáveis pela resolução dos seus problemas, fazendo-os, em suma, mais sujeitos, mais autores dos seus próprios projectos. Tais momentos não são cronológicos, nem, portanto, necessariamente sucessivos, mas sim recorrentes, progredindo num movimento em espiral, apesar de, ao longo do processo de consulta, existirem ocasiões em que são mais específica e demoradamente focados. Contudo, mesmo nestas ocasiões, o foco em questões, a consideração de variáveis especialmente relevantes para um dos momentos quase sempre apela irresistivelmente para a contribuição dos outros, de tal modo que qualquer um deles é objecto de tematização mais do que uma vez e diferentemente em cada ocasião.

Assim, por exemplo, a definição da situação, a análise do pedido de ajuda que suscita a consulta, não é acto que possa ser realizado de uma vez por todas, visto que os termos do problema se vão modificando à medida que o processo se desenvolve, que outros momentos da consulta fazem surgir novas questões, o que por seu turno pode implicar a renegociação do contrato de intervenção. Para ser efectiva, provocar mudança no comportamento vocacional, a intervenção tem de se centrar e recentrar continuamente no modo como o sujeito vai sucessiva e diferenciadamente experienciando o seu problema, que só adquire contornos mais precisos (e até, por vezes, a forma de problema para o sujeito) com o desenvolvimento da consulta, com o processamento de dados novos sobre si próprio e sobre o meio e avaliações sobre interesses, competências, oportunidades.

A identificação e avaliação da estrutura de oportunidades educativas e profissionais, outro exemplo, a exploração das alternativas disponíveis, são fortemente influenciadas pelo que o sujeito valoriza, mas a exposição a alternativas em que ainda não tinha pensado permite, melhor, promove a reavaliação de

interesses anteriores e a emergência de novos interesses. Além disso, o envolvimento em comportamentos de exploração do que se deseja, do que se julga capaz, do que existe para escolher supõe competências cujo exercício para realizar tal exploração influencia a representação das capacidades próprias (as capacidades elas mesmas) e daí a configuração ou pré-configuração de projectos vocacionais antes jamais considerados.

A tomada de decisões relativamente ao que há que fazer imediatamente no domínio vocacional, ainda um último exemplo, também não constitui, diversamente do que muitas vezes se deixa crer, apenas o momento final da consulta. Pelo contrário, todo o processo de intervenção é atravessado por decisões sucessivas, eliminando umas alternativas e valorizando outras, escolhendo áreas de investimento em detrimento de outras, compatibilizando interesses divergentes, de tal modo que bem pode afirmar-se que pouco seria de esperar da próxima decisão vocacional importante, causa próxima do problema que provocou o pedido de ajuda, se a tomada de decisões não tivesse sido exercitada ao longo de todo o processo de consulta. É, de resto, também nesta perspectiva que deve ser entendida a afirmação de que a consulta psicológica vocacional não se propõe "ensinar" os indivíduos a tomar "boas" decisões (centragem no conteúdo), mas sim promover o desenvolvimento de competências e de atitudes para "bem" tomarem decisões, para serem decisores eficazes (centragem no processo), aliás tanto no domínio vocacional como noutros domínios da existência. (Knefelkamp e Slepitzka, 1976; Harren, 1979; Krumboltz, 1979; Welfel, 1982).

A organização e funcionamento da consulta, o modo como se articulam os seus diferentes momentos, a intencionalidade estruturante de que se revestem, tudo isto implica uma avaliação continuada do processo de intervenção, das modificações que se vão operando no comportamento vocacional, avaliação partilhada com o sujeito e constitutiva da própria intervenção. A natureza psicológica, comportamental, das variáveis actuantes em todos os momentos da consulta — da elaboração e implementação de projectos vocacionais, da resolução de problemas exigida pela tomada de decisões vocacio-

nais, da orientação escolar e profissional, em suma — é evidenciada pelo modo como os sujeitos se confrontam com esses diferentes momentos. Este confronto consiste no exercício de comportamentos exploratórios, através da preparação, realização e integração de actividades, sobre os materiais de que são feitos os projectos vocacionais (convencionalmente, as aptidões, os interesses, as alternativas educativas e profissionais). As fases de integração são especialmente importantes e reveladoras: constituem ocasiões privilegiadas para sínteses, cristalizações de decisões, antecipação de consequências, progressão no processo de consulta, mudanças no comportamento vocacional.

A propósito das actividades — acções que implicam juízos de valor, sentimentos, reflexões — importa notar, por um lado, que tanto são realizáveis no espaço e no tempo onde decorre a consulta como fora deles; por outro, que utilizam quer materiais (meios) propositadamente produzidos para lhes servir de suporte (um inventário de interesses, um diaporama sobre profissões, por exemplo) quer materiais ou actividades do quotidiano, escolar ou não (a novela em exibição na televisão, uma actividade curricular, por exemplo), que são intencionalizados em termos vocacionais apenas no âmbito da consulta. Ainda quanto às fases de integração das actividades na resolução do problema vocacional, vale a pena referir que constituem ocasiões especialmente propícias para os sujeitos se aperceberem da historicidade dos projectos vocacionais e da sua interdependência relativamente à totalidade das dimensões do desenvolvimento psicológico, na medida em que, por um lado, supõem um presente onde se manifesta um passado e que compromete o futuro e, por outro, revelam o carácter interactivo das variáveis envolvidas na elaboração e implementação dos projectos (interacções, aliás, através das quais elas próprias se constroem). (Pryor, 1985).

Os princípios estruturantes da consulta psicológica para a promoção do desenvolvimento vocacional são operacionalizáveis, como se referiu, (a) em intervenções mais *pontuais*, de resposta a crises, ou mais *prolongadas* e sistemáticas, (b) em intervenções tendo por alvo *jovens* ou *adultos*, (c) em intervenções

de ajuda à *elaboração* ou à *implementação* de projectos e, referimo-lo agora, (d) em intervenções *individuais* ou em *grupo*. Nestas importa ainda distinguir as intervenções em grupo em que os alvos são os indivíduos que o constituem (participam no grupo, mas para realizar objectivos individuais, a elaboração de um projecto vocacional pessoal, por exemplo) das intervenções em grupo onde o alvo é o grupo enquanto tal (a participação no grupo visa o prosseguimento de objectivos do próprio grupo, por exemplo a realização com sucesso de uma tarefa que lhe é proposta).

Consulta psicológica vocacional para a implementação de projectos

Nas escolas secundárias, os psicólogos têm realizado todos estes tipos de intervenção, embora com incidência diversa. Entre eles, destaca-se a consulta psicológica vocacional de ajuda à implementação de projectos escolares e profissionais, a qual assume especial importância junto dos alunos que frequentam vias de formação de duração mais curta que, no futuro próximo, os conduzirão ao exercício profissional e, por isso, previsivelmente mais cedo ingressarão no mercado de trabalho (Watts, 1983). Com estes jovens, a consulta psicológica vocacional centra-se frequentemente na promoção de comportamentos adequados à resolução dos problemas emergentes dos seu futuro desempenho do papel de trabalhadores, da transição da escola para o mundo do trabalho: procura, obtenção, conservação e progressão (no) de emprego, relacionamento com colegas de trabalho (os futuros novos pares) e com hierarquias profissionais, integração e rendimento organizacionais, relação do papel de trabalhador com outros papéis desempenhados em diferentes contextos da existência, por exemplo.

Não se trata de problemas abstractos, de soluções ensaiadas apenas em antecipação, pois muitos destes jovens, logo durante a sua formação, realizam estágios e outras experiências de trabalho (que mais tarde até podem conduzir ao emprego e daí, também a sua importância), umas vezes por exigência curricular outras por sua própria iniciativa. Na consulta psicológica vocacional para a implementação de projectos, tais problemas são,

justamente, perspectivados como actividades que têm de ser preparadas, realizadas e integradas no desenvolvimento vocacional, integração que é constitutiva do processo de construção da identidade profissional e, portanto, da identidade pessoal. Além disso, a consulta psicológica junto destes jovens tem igualmente visado a ajuda à resolução de problemas de realização escolar, de aquisição de atitudes e competências de estudo, de promoção do sucesso escolar, problemas que se articulam, ganham sentido e, frequentemente, apenas são solúveis no contexto da legitimação das escolhas em curso de implementação.

A consulta psicológica vocacional para a implementação de projectos permite assim evidenciar, de uma forma porventura mais visível do que na elaboração de projectos, como se influenciam e condicionam uns aos outros os vários problemas dos alunos mais habitualmente manifestados no contexto escolar (identificados no início). A realização escolar, o relacionamento interpessoal, a indisciplina constituem problemas que interferem e são interferidos pelos problemas vocacionais e a resolução de uns facilita tanto a dos outros quanto a sua persistência a dificulta. Acresce que os problemas ao nível do comportamento vocacional em sentido estrito podem ocultar, mas também funcionar como reveladores, de todos os outros problemas do desenvolvimento. Neste sentido, a consulta psicológica centrada na promoção do desenvolvimento vocacional, porque as dificuldades neste domínio são, ainda assim, encaradas com bastante "naturalidade" quer pelos jovens quer pelos seus pais e professores, oferece a vantagem de não ser em geral representada como ameaçadora, o que facilita (e até incentiva) a procura do psicólogo e a apresentação do pedido de ajuda. Mas é justamente então que a intervenção no comportamento vocacional como consulta psicológica adquire todo o seu significado, ao integrar a promoção do desenvolvimento vocacional na totalidade do desenvolvimento humano — um processo histórico-social aberto à influência dos sujeitos, onde a intervenção consiste em ajudar os indivíduos não a descobrir a sua vocação, o seu caminho pré-fixado, mas sim, pela educação das escolhas, a elaborar e implementar projectos, a construir um itinerário pessoal.

Isto não deve evidentemente ser interpretado como significando que a elaboração e implementação de projectos, vocacionais ou outros, seja independente dos constrangimentos constituídos pela configuração da estrutura de oportunidades, no caso dos projectos vocacionais oportunidades educativas e profissionais, disponíveis num dado momento e em determinado lugar. Significa, isso sim, que os projectos são influenciados pelo modo como os sujeitos representam e avaliam tais constrangimentos e que é também no e pelo confronto com as oportunidades do meio que os indivíduos produzem os seus instrumentos de representação e avaliação, as competências, os interesses, as aptidões, os desejos, com que se representam e avaliam a si mesmos e igualmente se tornam (podem tornar-se) agentes de transformação dos próprios constrangimentos.

Assim, entre as perspectivas psicologizantes que consideram os projectos como implementação do conceito pré-existente que os indivíduos teriam de si próprios e as perspectivas sociologizantes que completamente subordinam a distribuição dos indivíduos pelas oportunidades existentes segundo o critério da sua pertença social, a concepção de desenvolvimento pressuposta pela consulta psicológica vocacional afirma que o conceito de si próprio se constroi durante e no seu processo histórico - social de elaboração e implementação de projectos (Law, 1981). Dito de outro modo: as escolhas escolares e profissionais que os indivíduos vão fazendo não são o resultado da implementação do conceito de si próprios, mas sim ocasiões e materiais, entre outros, para os sujeitos construirem (negociarem) os conceitos de si próprios que resultam de tais escolhas (como de outras, em diferentes áreas da existência). Os momentos estruturantes da consulta antes apresentados procuram, justamente, equivaler a tal movimento (em espiral), que intencionalizam, contribuindo desse modo para a promoção do desenvolvimento vocacional, logo do desenvolvimento psicológico global.

Consultadoria

Mas a intervenção psicológica no desenvolvimento vocacional não se limita à consulta

junto dos alunos, individualmente ou em grupo; alarga-se também a intervenções junto de adultos e de organizações significativas da comunidade escolar e da sua periferia. Tais intenções têm revestido a forma de consultadoria, cuja fundamentação, aliás, é essencialmente a mesma das concepções do desenvolvimento e da consulta psicológica antes tematizadas. Os seus alvos são principalmente pais e professores, que apresentam pedidos de intervenção sempre por si referidos como problemas dos alunos, sobretudo problemas de insucesso e indisciplina escolar; a apresentação dos pedidos é feita quer em nome pessoal quer como titulares de funções específicas (professores directores de turma, por exemplo) ou em representação de órgãos de gestão da escola ou das associações de pais. Também se realizam intervenções, basicamente de formação, junto do chamado pessoal auxiliar e administrativo das escolas, com a particularidade de os pedidos de intervenção (de formação) não haverem sido formulados por eles próprios mas sim pelos respectivos órgãos de gestão.

A consultadoria junto de pais e de professores corresponde a uma estratégia que consiste em redireccionar o alvo da intervenção psicológica, o qual passa a ser, em vez do jovem a quem se refere o problema, o adulto que junto dele tem especiais responsabilidades educativas. É a consultadoria triádica, através da qual o consultor (psicólogo) promove no consulente (pai, professor) a adopção de atitudes e a aquisição de competências capazes de o ajudarem a lidar (a comportar-se) mais eficazmente com os problemas dos seu educando. O alvo directo da intervenção psicológica passa portanto a ser o adulto, e o jovem o seu alvo apenas indirecto. Assim a consultadoria triádica propõe-se como objectivo o envolvimento de pais e de professores na resolução dos problemas dos seus educandos, evitando a transferência de responsabilidades para o especialista que o psicólogo é suposto ser (solução ou tentação mais óbvia, talvez por que mais fácil, mas certamente menos efectiva) (Campos, 1986).

Resta dizer que a consultadoria assim entendida visa simultaneamente a facilitação do desenvolvimento dos jovens e a promoção do desenvolvimento dos adultos eles mesmos. A cooperação de pais e professores na ajuda à

resolução dos problemas dos seus filhos e alunos significa o reconhecimento da importância do seu papel na elaboração e implementação de projectos. Os projectos vocacionais, com mais evidência talvez que quaisquer outros, têm de compatibilizar recursos próprios e alheios, de ser negociados com outros significativos, de construir a sua autonomia através de um processo de múltiplas dependências. A consulta psicológica de jovens e a consultadoria junto dos respectivos adultos significativos visam contribuir para que uns e outros se tornem mais capazes de reconhecer e exercitar a sua interdependência.

Bibliografia

- Campos, B. P. (1980). A Orientação Vocacional numa Perspectiva de Intervenção no Desenvolvimento Psicológico. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIV, 195-230.
- Campos, B. P. (1986). Formação Participante de Profissionais do Desenvolvimento Humano. *Revistas de Psicologia e de Ciências da Educação*, 1, 7-16.
- Harren, V. A. (1979). A Model of Career Decision Making for College Students. *Journal of Vocational Behavior*, 14, 119-133.
- Knefelkamp, L.L. and Shpitza, R. (1976). Cognitive Developmental Model of Career Counseling — An Adaptation of the Perry Scheme. *The Counseling Psychologist*, 6, 3, 53-58.
- Krumboltz, J. D. (1978). A Social Learning Theory of Career Decision Making. In A. M. Mitchell, G. B. Jones and J. D. Krumboltz (Eds). *Social Learning and Career Decision Making*. Cranston, Carroll Press, 19-47.
- Law, B. (1981). Community Interaction: A "Mid-Range" Focus for Theories of Career Development in Young Adults. *British Journal of Guidance and Counseling*, 9, 2, 142-158.
- Nelson-Jones, R. (1984). *Personal Responsibility counselling and Therapy: An Integrative Approach*. London, Harper 2 Row, Ltd..
- Pryor, R. G. L. (1985). Towards a Composite Theory of Career Development and Choice. *British Journal of Guidance Counselling*, 13, 3, 225-237.
- Super, D. E. (1980). A Life-Span, Life-Space Approach to Career Development. *Journal of Vocational Behavior*, 16, 282-298.
- Watts, A.G., (Ed.) (1983). *Work Experience and Schools*. London, Heinemann Educational Books.
- Welfel, E. C. (1982). The Development of Reflective Judgment: Implications for Career Counseling of College Students. *The Personal and Guidance Journal* 17-21.

Résumé

Imaginário, Luís, e Paiva Campos, Bartolo. Le psychologue conseiller d'orientation à l'école. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 1987, 107-113. On caractérise d'abord les expectations sociales face à l'intervention psychologique dans le contexte scolaire, expectations qui accompagnent la définition progressive du rôle du psychologue à l'école et on définit les principaux problèmes qui en émergent. En suite on met en évidence les fondements essentiels du modèle de consultation psychologique en tant qu'intervention éducative visant la promotion du développement humain, et leurs conséquences au niveau de la reconfiguration de la façon la plus habituelle d'envisager le problème de l'orientation scolaire et professionnelle. Après on présente les diverses dimensions du processus qui structurent l'intervention psychologique relativement aux problèmes identifiés, aux diverses stratégies possibles et à ses différents buts. On spécifie encore l'utilisation des principes énoncés auparavant dans la consultation auprès des jeunes qui fréquentent l'enseignement technico-professionnel et qui constituent une des cibles préférentielles de l'intervention des psychologues dans les écoles. Finalement, on illustre l'application des mêmes principes structurants du processus de la consultation psychologique en tant que service direct aux jeunes, à la consultation, en tant que service indirect, c'est-à-dire, comme intervention réalisée auprès d'autres (adultes) significatifs de la communauté scolaire et extra-scolaire.

Abstract

Imaginário, Luís, e Paiva Campos, Bartolo. Career counseling psychology in the schools. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 1987, 107-113. The authors characterize, at first, the social expectations related to psychological intervention in the school context that have accompanied the gradual definition of the psychologist role at school and typifies the main problems that come to emerge. Secondly, they remark the essential fundaments of the career counseling psychology model, considered as educational intervention to human development promotion, and its consequences in terms of the reconfiguration of the most common way of seeing the questions of the educational and vocational guidance. Then, several dimensions of the career counseling psychology process are presented that structure the intervention relating to the identified problems, to the possible several strategies and to their different targets. Later on it's defined the use of the first presented principals in the career counseling psychology to the implementation of projects within youngsters who attend vocational courses and who constitute one of the main targets of psychologists working in schools. Finally, it is illustrated the application of the same structuring principales of the career counseling psychology process to the consultation, an indirect service, that is, to the intervention produced near the significant others (adults) in the school and extra-school community.